

ESTADÃO
BLUE STUDIO

2022 será ano desafiador para a economia brasileira

Inflação deve manter juros altos, puxando o freio de mão do crescimento

O que podemos esperar da economia brasileira em 2022? Nada muito animador, já que o ano deve ser de crescimento baixo, juros altos, inflação elevada e desemprego em patamar ainda preocupante. O cenário global deve ser um dificultador a mais para a recuperação, que vai depender do quadro que se desenhar nas eleições presidenciais.

Essas foram algumas conclusões do webinar "Estadão Think - Macro Brasil 2022: Uma análise das perspectivas econômicas para o País", produzido pelo Estadão Blue Studio em parceria com C6 Bank, realizado dia 16 de fevereiro.

"Esse ano vai ser desafiador porque o legado de 2021 é muito ruim em diversas frentes. A gente começa falando de uma inflação muito elevada, já superior ao limite da banda de tolerância da meta, que é de 5%. E, com isso, tem que subir juros. Quando isso acontece, é como puxar o freio de mão da economia", diz Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

Para 2022, a previsão do Ibre é que a economia tenha um crescimento de 0,6%. Essa estimativa está bem próxima do 0,5% projetado pela equipe econômica do C6 Bank. O Boletim Focus do Banco Central (BC) desta semana manteve em 0,30% a estimativa de avanço do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022.

Mas que herança é essa de 2021 que afeta tanto o crescimento deste ano? "A gente está vindo de uma inflação acumulada em 12 meses de dois dígitos; a taxa de juros deve chegar a 12,75% e permanecer nesse patamar até o fim do ano", afirma Felipe Salles, economista-chefe do C6 Bank.

O cenário global também tem um peso importante para esse ambiente mais negativo. "Muito do que acontecer este ano no Brasil depende do que vai ocorrer no exterior. E aqui temos duas questões importantes. Uma delas é a alta dos juros nos países desenvolvidos, e outra é essa questão geopolítica entre Rússia e Ucrânia que pode ter efeitos sobre o mundo, sobre o preço dos combustíveis", diz Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF).

Nos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) já iniciou a retirada dos estímulos à economia e



Divulgação



Ambiente de incerteza aumenta risco-país e gera câmbio mais desvalorizado, e pagamos o preço de uma desaceleração mais intensa"

Sílvia Matos,
coordenadora do Boletim Macro FGV Ibre



Divulgação



Quando a gente fala de crescimento da economia, estamos falando de produtividade. E não vamos ter um PIB potencial elevado se não melhorarmos a educação do País"

Felipe Salles,
economista-chefe do C6 Bank



Divulgação



Com uma boa reforma do Estado, com políticas que estimulem o crescimento e alguma regra fiscal, conseguiremos alcançar o equilíbrio macroeconômico"

Bernard Appy,
diretor do Centro de Cidadania Fiscal

indicou que deve começar a subir os juros a partir de março para tentar conter a alta de preços. "A inflação nos Estados Unidos é um problema sério, está começando a ficar mais disseminada. Com isso, a gente vê a necessidade de retirada de estímulos monetários não só nos EUA, mas em outras economias. Esse movimento já está começando e deve se intensificar à frente", afirma Salles.

O peso da inflação global na economia doméstica poderia ser mais suave se não tivesse havido uma piora do quadro fiscal depois que o governo alterou a sistemática de correção do teto de gastos para abrir espaço no Orçamento para pagar o Auxílio Brasil. "O ano passado foi marcado por uma piora do quadro fiscal. O País conseguiu amplificar um problema que já existia de inflação global. Terminamos 2021 sem saber se vamos ter sustentabilidade fiscal", diz Sílvia.

Outro fator que atrasa o avanço é a baixa produtividade. "O crescimento de longo prazo do País depende de como evolui sua produtividade. No Brasil a produtividade está crescendo pouquíssimo porque temos problemas estruturais seríssimos", afirma Appy.

Para avançar no crescimento de longo prazo, o diretor do CCiF defende uma reforma tributária mais ampla, que ataque impostos sobre bens e serviços e também os que incidem sobre a folha de salários. Mas ele acredita que essa reforma ficará para o próximo governo.

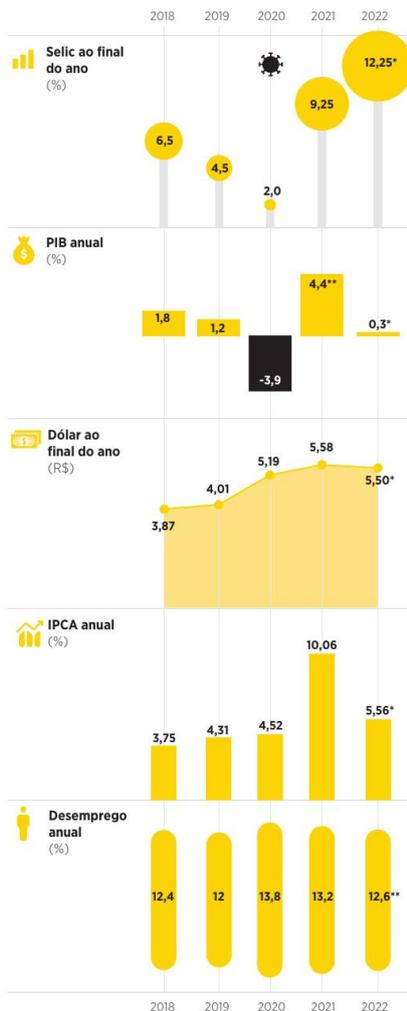
Para coroar essa combinação de fatores adversos, o País tem uma eleição presidencial pela frente. Anos eleitorais costumam ser marcados por muita volatilidade no mercado financeiro, já que há muitas incertezas sobre o futuro da política econômica. "Incertezas são normais. Isso vale para o Brasil e vale para o mundo todo", afirma Salles.

Mas o fato de os dois principais pré-candidatos à presidência já terem chefiado o Executivo ajuda a mitigar um pouco dessas incertezas. "A gente já teve na prática a oportunidade de ver como eles conduzem as políticas monetária e fiscal. Além disso, é importante lembrar que o comando do BC vai ser mantido até o final de 2024. Podemos esperar uma continuidade da política monetária", diz o economista-chefe do C6 Bank.

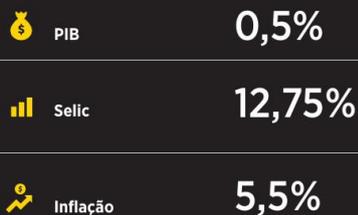
Enquete realizada durante o webinar mostra que os brasileiros também estão pouco otimistas com a economia. Para 64% dos que participaram, a economia vai ficar em banho-maria; 16% acreditam que vai decolar; e 20% consideram que só tende a piorar, com desemprego alto e inflação.

APRESENTADO POR **C6 BANK****Raio-X do País**

Como se comportaram os principais indicadores da economia nos últimos anos

*Estimativa Boletim Focus/BC de 21/02/2022
Fontes: IBGE, FGV, Ibre e Banco Central

**Estimativa C6

Projeções C6 2022**Risco fiscal é entrave para recuperação econômica de longo prazo**

Economistas defendem educação e qualificação para aumentar a produtividade e reduzir o desemprego

O risco fiscal é um dos principais entraves para o crescimento econômico de longo prazo do País. "O ambiente de incerteza eleva o risco-país e deixa o câmbio mais desvalorizado do que deveria ser. E a gente paga o preço de uma desaceleração econômica mais intensa, de um juro mais exacerbado", afirma Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

Exemplo disso é a pressão que o risco fiscal exerce sobre a cotação do dólar. "O dólar de equilíbrio fica perto de R\$ 5. Se eliminássemos o fiscal, o valor cairia para algo entre R\$ 4 e R\$ 4,50. Isso dá uma noção da magnitude de como o fiscal afeta o dólar", afirma Felipe Salles, economista-chefe do C6 Bank.

Quando o dólar aumenta, outros preços sobem junto – caso dos combustíveis, pressionando a inflação geral. No ano passado, o avanço da inflação acabou elevando a arrecadação do governo, permitindo a redução da dívida pública. Só que, neste ano, a tendência é de queda da arrecadação.

"A inflação afeta positivamente a arrecadação no ano corrente e impacta os gastos do ano subsequente. Em 2022, a arrecadação vai subir menos e os gastos vão subir mais. Esse é um dos motivos para explicar a volta do déficit primário e o aumento da dívida pública", diz Salles.

Para romper com esse ciclo, os painelistas defenderam a adoção de uma política fiscal anticíclica, que permite poupar nos anos de crescimento para gastar nos períodos de crise.

"Uma coisa que falta na discussão fiscal é a preocupação com uma gestão anticíclica para mitigar flutuações de gasto ao longo do tempo. Hoje, quando a arrecadação sobe, você aumenta o gasto. Mas, quando ela cai, não consegue cortá-lo", diz Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCIF).

Sílvia citou o caso do Chile, que já adota esse tipo de política anticíclica. "O objetivo é fazer uma poupança nos anos de vacas gordas para poder

conseguir gastar mais no período difícil. Estamos vendo as consequências de não ter uma política como essa."

Produtividade

Outro problema que precisa ser enfrentado é o da baixa produtividade, que passa pela redução da informalidade. "O Brasil tem uma informalidade elevada no mercado de trabalho, o que traz problemas para o trabalhador e para a economia. Os serviços informais são menos produtivos", diz Salles.

Para ampliar a produtividade, Sílvia sugere investimentos na qualificação da mão de obra. "A pandemia ampliou o desemprego de longo prazo. A pessoa que fica muito tempo fora do mercado acaba perdendo habilidades. É necessário discutir a educação. A formação de capital humano é essencial para o crescimento de longo prazo."

Salles concorda e defende investimentos na educação primária e secundária. "Quando a gente fala de crescimento potencial da economia, estamos falando de produtividade. E não vamos ter um PIB potencial elevado se não melhorarmos na educação."

Appy citou três mudanças tributárias que considera fundamentais para o crescimento potencial do País. A primeira é em relação à tributação dos bens e serviços, que poderia contribuir para o aumento da produtividade. Depois, uma desoneração inteligente na folha de salário, focada na remuneração dos trabalhadores menos qualificados. Por fim, ele destacou a mudança no Imposto de Renda.

Combinada a essas mudanças, Appy diz que é preciso que o País tenha uma política fiscal consistente no longo prazo e uma agenda de reforma do Estado para aumentar a produtividade do setor público. "Com uma boa reforma do Estado, com políticas que estimulem o crescimento e alguma regra fiscal para controlar os gastos, você sinaliza que o Estado é solvente e consegue alcançar o equilíbrio macro, que é importante para ter crescimento constante no longo prazo."